

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE - SECRETARIA DE GESTÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Pregão N° 015/2024R - Processo N°4461/24

Objeto: Aquisição de mobiliário, em atendimento da Secretaria de Gestão da Prefeitura Municipal de São Vicente.

A METALFLEX INDÚSTRIA E DISTRIBUIÇÃO DE MÓVEIS LTDA., CNPJ: 62.139.803/0001-89, sediada na Rua Francisco Alves, 237, Vila Romana, São Paulo (SP), CEP 05.051-040, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de vossa senhoria, por intermédio de seu sócio administrador infra-assinado, interpor

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face da habilitação da licitante **WOOD CENTER COMERCIO EIRELI**, e sua declaração como vencedora no lote 02 do certame em epígrafe.

Impugna-se o não cumprimento, por parte da empresa supracitada, de todas as obrigações e documentos solicitados no instrumento convocatório.



### I. DA TEMPESTIVIDADE

Com fulcro no item 11.2.1 do mencionado em edital, eventual recurso administrativo deve ser interposto no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data da intimação ou lavratura da ata:

11.2.1 Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata [...].

Considerando que a METALFLEX declarou sua intenção de recurso em 17/07/2024, as razões ora formuladas são plenamente tempestivas, porquanto protocoladas até 22/07/2024, inclusive, motivo pelo qual deve ser conhecida e julgada a presente manifestação.

#### **II - DOS FATOS E FUNDAMENTOS**

Após análise dos documentos disponibilizados na sessão de disputa, conclui-se que a licitante WOOD CENTER COMERCIO EIRELI deixou de demonstrar conformidade edilícia para o lote 02.

Saltam aos olhos a síntese e superficialidade dos documentos apresentados que, como se passa a demonstrar, justificam a inabilitação da licitante.

III - NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DA LICITANTE WOOD CENTER - DOCUMENTAÇÃO EM DESCONFORMIDADE COM O EDITAL



Como instrumento norteador da licitação, o Edital deve definir todos os aspectos importantes para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, a doutrina conceitua o **instrumento convocatório como a lei interna da licitação, ficando os atos a ele estritamente vinculados,** conforme princípio explicito da Lei nº 14.133/2024:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os legalidade, da impessoalidade, princípios da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao** edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Quer dizer, dessa forma, que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, **não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecida no instrumento convocatório**, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se <u>assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes</u>, é necessário observar as disposições constantes do Edital.

Segundo o doutrinador Diógenes Gasparini:

"estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis durante todo o seu procedimento. Nada justifica qualquer alteração de momento ou pontual para atender esta ou aquela situação." (GASPARINI, Diógenes. Curso de Direito Administrativo, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1995)



(g.n.)

Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançada no instrumento que convoca e rege a licitação.

Dito isso, pode se dizer, sob um certo ângulo, que o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a <u>desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos</u>. Nesse sentido, tratando sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tem-se palavras de DI PIETRO:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. [...] O princípio dirigi-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório. (DI PIETRO, 2014, p. 386-387)

(g.n.)

Como se passa a demonstrar, esse é o exato caso sob análise. Uma vez não atendidos os requisitos editalícios de habilitação pela empresa WOOD CENTER, a decisão de ora recorrida padece de ilegalidade, merecendo, por isso, reforma.

# a. Da Não Submissão de Arquivo com a Proposta Comercial Reajustada

O item 6.23.4 do Edital (fls. 12 do ato convocatório) exige a apresentação de proposta realinhada pelo arrematante:



O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 01 (UMA) hora, **envie a proposta realinhada**, ou se for o caso, planilha adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

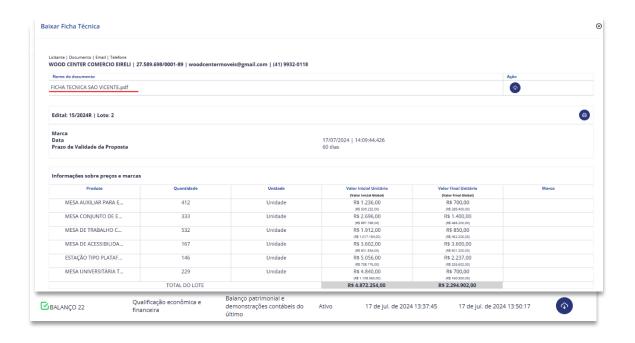
Ou seja, o licitante mais bem classificado <u>deve</u> fazer o upload de sua proposta comercial realinhada ou de planilha adequada, em até uma hora após encerrada a fase de negociações (facultada prorrogação).

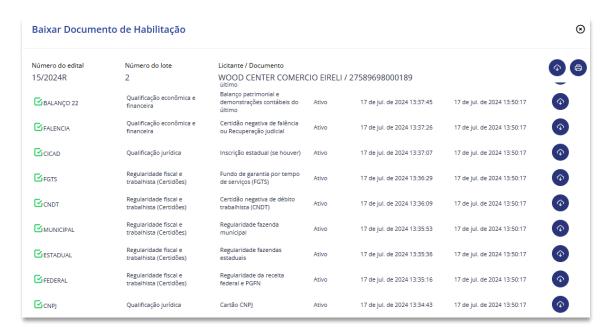
Ressalta-se: o edital é expresso em exigir que o licitante anexe o documento devidamente readequado e assinado por seu responsável legal, em conformidade com o modelo editalício, não bastando o mero lançamento dos valores reajustados no sistema.

Para isso, o portal "Novo BBM" admite 02 (duas) formas envio dos documentos: pelo campo de ficha técnica ou pelo campo de habilitação, sendo certo que ambas as opções permitem acesso público às planilhas.

Ocorre que, quando observamos os documentos enviados pela arrematante, não conseguimos encontrar a proposta alinhada da WOOD CENTER, em nenhum dos campos disponíveis:

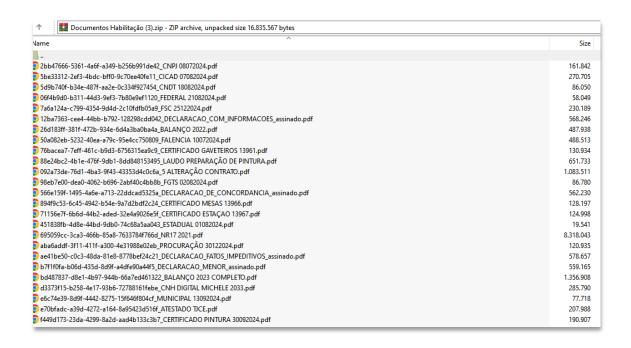






Ao fazer o download de todos os arquivos, verificarmos que dos 25 (vinte e cinco) arquivos anexados pela WOOD CENTER **nenhum deles corresponde à proposta:** 





Pontuamos que a apresentação da proposta comercial reajustada, subsequente à fase de negociações, é essencial para a manutenção da transparência e eficiência no processo licitatório, conforme estipulado pela Lei 14.133/2021. Tal medida possibilita que os licitantes alinhem suas ofertas aos termos acordados durante a negociação, refletindo precisamente as condições ajustadas, o que é fundamental para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos (Art. 25, §7º).

A proposta devidamente readequada e assinada pelo responsável legal é o instrumento que vincula a licitante aos termos do processo licitatório, gerando, assim, o direito à homologação e à contratação, caso habilitada, e o dever de sua manutenção, pelo prazo determinado no edital, sendo, obrigatória sua vinculação às cláusulas do contrato ou da ARP, nos moldes do inc. II do art. 90 da NLLC:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:



(...)

 II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

A readequação da proposta é indispensável à análise de exequibilidade frente ao orçamento estimado. Ao ajustar os preços durante a negociação, a Administração Pública garante a viabilidade e a conformidade das propostas finais com as especificações técnicas e financeiras do edital, prevenindo problemas na execução contratual e blindando o erário público.

Portanto, não trata de fase meramente formal, mas sim de procedimento de suma importância à promoção da eficiência e justiça no processo de contratação pública, cuja inobservância tem o potencial de lesionar a integridade e competitividade da contratação.

Com efeito, sendo certo que o item 6.23.4 trata de exigência editalícia <u>expressa</u>, de amplo conhecimento das partes, sua inobservância pela arrematante, mediante o **não envio de proposta realinhada**, <u>exige a inabilitação da participante</u>, em reverência à vinculação ao instrumento convocatório.

# b. Inconsistências nos laudos e certificados técnicos

Como se passa a demonstrar de forma detida, os laudos e catálogos apresentados pela arrematante WOOD CENTER ostentam notórias inconsistências para com as exigências editalícias, justificando a inabilitação da empresa no certame, em cumprimento aos princípios



do julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório e isonomia.

(i) Quanto ao Laudo Ergonômico em conformidade com requisitos da NR-17, Portaria 423 de 07 de outubro de 2021, emitido por Profissional competente.

Inconsistência identificada: O laudo de ergonomia apresentado pela arrematante não contempla o item 04 "Mesa de acessibilidade com regulagem de altura em l 1500x1500l x 800p x 630/930h mm (LxPxH)".

(ii) Quanto ao Certificado de Conformidade de produto, emitido por OCP acreditado pelo Inmetro para: a) de acordo com NBR 13966 da mesa e b) rotulagem Ecológica do produto.

Inconsistência identificada: O certificado apresentado pela WOOD CENTER não contempla o item 04 "Mesa de acessibilidade com regulagem de altura em l 1500x1500l x 800p x 630/930h mm (LxPxH)", tanto em atendimento à NBR 13966 como no Rótulo Ambiental.

(iii) Quanto ao certificado de processo e preparação de superfície metálica de acordo com o procedimento da OCP que demonstre no mínimo que a camada de tinta com espessura mínima de 90 um (10443:2008), resistência a exposição a câmara úmida (8095:2015) com isenção a enferrujamento e bolhas e dureza a lápis ≥ 6H (ASTM D3363:2022) acompanhado do laudo de ensaio correspondente, se aplicável.



Inconsistência identificada: O certificado de pintura apresentado pela WOOD CENTER não atende ao requisito "dureza a lápis  $\geq$  6H (ASTM D3363:2022)", pois o resultado alcançado é inferior ao mínimo aceito pelo edital:

			E3COFO D	L CENTIFIC	MYMU					
ASTM D 3359 ABNT NBR 11003	ASTM D 523	ASTM D 7091 NBR 10.443	ASTM D 2794	NBR 9209	ASTM D 3363	JIS Z 2801	ABNT NBR 10545 / ou ASTM D 522		CORROSÃO	
Determinação da Aderência da Tinta	Determinação do Brilho da Superfície	Medição Não Destrutiva de Espessura de Camada Seca de Revestimentos Aplicados em Base Ferrosa / Tintas e vernizes - Determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas - Método de ensaio	Resistência de Revestimentos Orgânicos para os Efeitos de Deformação Rápida (Impacto)	Camada de Fosfato (Fe)	Determinação da Dureza ao Lápis em Tinta Aplicada	Teste De Eficácia E Atividade Antimicrobiana	Determinação da flexibilidade por mandril cônico	Resistência à umidade ABNT NBR 8095	Corrosão por exposição à névoa salina ABNT NBR 8094	Kesternich (Dióxido de Enxofre) ABNT NBR 8096
Y0 X0 Gr0 / 5A	C/P (semi brilho) UB	Média 132±8 μm	Extrusão/ intrusão 0,06 kg.m	Média 5,33± 3,81g/m <sub>2</sub>	НВ	NA	7 mm	Ri0	Ri0	Ri0

Nota. A não apresentação de ensaios de manutenção aprovados até 30/09/2023 implicará na suspensão imediata do certificado

(iv) Quanto ao Certificado de Conformidade de conformidade de produto, emitido por OCP acreditado pelo Inmetro para:

a) de acordo com NBR 13967 da estação e b) rotulagem Ecológica do produto.

Inconsistência identificada: O certificado apresentado pela WOOD CENTER não consta na linha a Estação plataforma dupla, ou seja, com profundidade de 1.400 mm:

			ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO			
MARCA	LINHA	MODELO/CÓD	DESCRIÇÃO	DATA E N° RELATÓRIO DE ENSAIOS	NORMAS/ PORTARIAS	DATA DE AUDITORIA/ CERTIFICAÇÃO
MODILAC ET	ET 111X	Estação de Trabalho em MDP ou MDF com Painel Divisório e Pé Painel ET1111 A ET1119 Largura-{1200 x 1200 / 1800 x 2000) mm Profundidade-(600 x 800) mm Altura- (720 x 750) mm	MOV/L-361.541/2/22 MOV/L-361.541/1/22 (21/11/2022) MOV/L-375.329/10/23- MOV/L-375.329/11/23- (04/08/2023) QUI/R-400.022/1/22 QUI/R-400.022/2/22	ABNT NBR	Auditoria realizada em: 20 e 21/06/2023	
		ET 111X	Estação de Trabalho em MDP ou MDF com Painel Divisório e Pé Aço. ET1011 A ET1019  Largura-{1200 x 1200 / 1800 x 2000) mm Profundidade- (600 x 800) mm Altura- (720 x 750) mm	(14/12/2022) MOV/L-375,329/12/23 MOV/L-375,329/13/23 (04//08/2023) Laboratório: FALCÃO BAUER CRL:1307	13967/2011	Certificação emitida em: 11/08/2023

(v) Quanto aos catálogos dos itens:



O Item 3.2. do Edital prevê que a empresa deve apresentar junto à documentação de proposta um catálogo demonstrativo com fotos, especificações do produto, marca e modelo.

Tal medida visa conferir a compatibilidade do mobiliário ofertado às exigências e descrições editalícias, garantindo a aquisição de produtos alinhados com a expectativa e função administrativa.

In casu, os catálogos apresentados pela WOOD CENTER comprovam a incompatibilidade de seu mobiliário às especificações do Edital. Veja-se exemplo:

**Item 01:** Demonstra que o modelo ofertado pela arrematante é confeccionado com pés em aço, ao passo que o Edital exige pés painel.



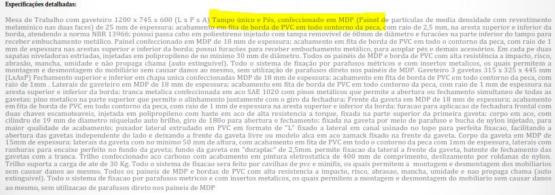
**Item 03:** Demonstra que o modelo ofertado pela arrematante é confeccionado com pés em aço, ao passo que o Edital exige pés painel.



Lote 02 Item 03 MESA DE TRABALHO COM GAVETEIRO **LINHA ET** MODELO: ET 1003+1041

Composição: Tampo: MDP 25mm Painel: MDP 18mm Estrutura: aço

Medidas: 1200x600x745mm (LXPXA)



Resta notória, pois, a incompatibilidade do mobiliário ofertado às descrições do Termo de Referência do Edital, devendo a arrematante WOOD CENTER ser inabilitada, por força do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, expresso no art. 5º da Lei 14.133/2021.

Corroborando tal conclusão, o Col. Superior Tribunal de Justiça (STJ), considerou impraticável escusar-se da vinculação ao determinando instrumento convocatório, а imediata inabilitação de participantes que não satisfazem as exigências estabelecidas no Edital:

> "...desmerece habilitação em licitação púbica a concorrente que não satisfaz as exigências estabelecidas na legislação de regência e ditadas **no edital**" (STJ 1<sup>a</sup> turma. Jun. 2002. p. 00188. Revista fórum Administrativo - Direito Púbico, vol. 17. Ano 2. Jul. 2002) (g.n.)



Em casos análogos, onde há irregularidade pelo desrespeito às determinações do Edital, o Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP também possui jurisprudência uníssona pela obrigatoriedade em seguir os estritos mandamentos editalícios, sob pena de incorrer em ilegalidade:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA – DOCUMENTAÇÃO - INSUFICIÊNCIA - HABILITAÇÃO DE LICITANTES INADMISSIBILIDADE - OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO - DESCUMPRIMENTO DO EDITAL POR UM DOS LICITANTES - INABILITAÇÃO. 1. O mandado de segurança se destina à correção de ato ou omissão de autoridade, desde que ilegal e ofensivo a direito individual ou coletivo, líquido e certo impetrante (art. 5°, LXIX, CF). 2. Concorrência Pública para outorga de concessão onerosa de uso e exploração de vagas de estacionamento rotativo do Município de Casa Branca. Decisão administrativa de habilitação de licitantes. Impetrante que busca a inabilitação dos litisconsortes concorrentes. Fase de habilitação. **Descumprimento** por dos licitantes um reauisitos previstos edital de licitação. no Vinculação instrumento convocatório. ao Desqualificação ou inabilitação do concorrente que não atendeu aos requisitos do edital. 3. Decisão possibilitou apresentação iudicial aue а documentação correta, com refazimento dos demais atos do procedimento licitatório. Inadmissibilidade. Ofensa à separação de Poderes (art. 2º CF) e invasão na reserva de competência da Administração. Sentença reformada, Segurança concedida, em parte, Reexame necessário e recursos providos. (TJSP; Apelação Cível 1001268-15.2019.8.26.0129; Relator (a): Décio Notarangeli; Órgão Julgador: 9<sup>a</sup> Câmara de Direito Público; Foro de Casa Branca - 2ª Vara; Data do Julgamento: 09/02/2022; Data de Registro: 14/02/2022) VOTO Nº 1740 8a CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO CÍVEL 119.668.5/9-00 APELANTE: APELAÇÃO SERVICOS COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA. APELADO: DIRETOR PRESIDENTE DO DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A MANDADO DE SEGURANCA (...) O edital e seus anexos podem

exigir requisitos quantitativos na demonstração da



capacidade técnica, cuja inobservância implica em legítima inabilitação, preservando a isonomia em favor dos demais licitantes e garantindo a qualidade do serviço licitado - Negado provimento ao recurso, mas afastada a carência, denegando-se a ordem. Sentença, cujo relatório se adota, extinguindo o processo sem conhecimento do mérito, uma vez que o mandado de segurança versa sobre habilitação e já foram abertas as propostas, sujeitando-se às vias ordinárias eventual pretensão decorrente, apreciando contudo as demais questões, concluindo pela ausência de ilegalidade na inabilitação da impetrante. (...) (TJSP; Apelação Revisão 9175307-Com 49.1999.8.26.0000; Relator (a): Teresa Ramos Marques; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 14.VARA; Julgamento: N/A; Data de Registro: Data do 19/04/2001) LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA. ATO DO PREGOEIRO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. DESCUMPRIMENTO DE NORMA **AFRONTA ESTABELECIDA** NO EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. O Edital como "lei interna" da licitação deve sobrepor-se aos interessados de forma a assegurar a lisura, transparência e isonomia no que diz respeito ao cumprimento dos seus requisitos e exigências, tudo direcionado ao interesse público. Recurso não provido. (TJSP; Apelação 0023084-36.2011.8.26.0037; Cível (a): Camargo Pereira; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Público; Foro de Araraguara - 1º Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 24/11/2015; Data de Registro: 26/11/2015) (g.n.)

Ante ao exposto, essa il. Prefeitura não deve, em hipótese alguma, estabelecer critérios habilitatórios no Edital e posteriormente se afastar dos mesmos, admitindo documentação imprópria ou mesmo dispensando a sua apresentação.

Logo, uma vez comprovada a inaptidão dos produtos ofertados pela WOOD CENTER à finalidade pública, comprovada



mediante divergências identificadas entre os laudos e catálogos apresentados e as disposições editalícias, de rigor a reforma da decisão recorrida, procedendo-se à inabilitação da arrematante e retomada do processo licitatório.

## VI - DO PEDIDO

Ante às razões de fato e de direito aqui expostas, sendo certo que a empresa arrematante do Lote 02 (i) não juntou proposta reajustada, bem como (ii) apresentou laudos e catálogos de mobiliário que não atende às descrições editalícias, requer-se a reforma de decisão recorrida, para que a empresa WOOD CENTER COMERCIO EIRELI seja inabilitada no Pregão nº 015/2024R -Processo N°4461/24, em privilégio aos princípios da isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, imparcialidade e legalidade.

> Nesses termos, Pede deferimento São Paulo, 22 de julho de 2024.

METALFLEX INDUSTRIA E DISTRIBUIÇÃO DE MOVEIS LTDA

CNPJ: 62.139.803/0001-89